

Resenha: Educação como prática libertadora

Review: Education as a practice of freedom

Andrizza Emília Leite Assunção¹

O livro **Educação como prática da liberdade**, de Paulo Freire, foi escrito em 1967 durante o exílio forçado de Paulo Freire no Chile no período da ditadura militar brasileira. Esta 51ª edição, da Editora Paz & Terra, foi publicada em 2021, tem 189 páginas e conta com uma apresentação da obra, escrita por Francisco C. Weffort, com o título Educação e política: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade, um prefácio-poema de Thiago de Mello denominado Canção para os fonemas da alegria, uma nota de esclarecimento do próprio autor e quatro capítulos. Esta edição também reúne um apêndice com exemplos de situações existenciais que possibilitam a apreensão do conceito de cultura e, ainda, com dezessete palavras geradoras dos Círculos de cultura do Rio de Janeiro e da Guanabara. Ademais, acompanham desenhos – que expressam essas situações existenciais para a discussão do conceito de cultura – de Vicente de Abreu feitos a partir das pinturas originais de Francisco Brenand, as quais foram destruídas durante a ditadura militar brasileira.

Na apresentação desta obra, Francisco Weffort anuncia que este ensaio propõe pela primeira vez as linhas mestras da visão pedagógica de Paulo Freire e de seu método de ensino, impregnado das condições históricas que lhe deram origem e com suas implicações sociais e políticas. A obra sistematiza a teoria de uma pedagogia da liberdade que Paulo Freire propõe como uma prática educativa que só pode ser efetiva e eficaz se houver participação livre e crítica dos educandos. Nela, explica-se as etapas e objetivos dos chamados Círculos de Cultura criados como espaços de aprendizagem em substituição à escola.

No primeiro capítulo, A sociedade brasileira em transição, Paulo Freire descreve a sociedade brasileira como uma sociedade em trânsito e define essa

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM). Atualmente é professora de Língua Portuguesa e Língua Inglesa do IFTM - Campus Iberaba.
E-mail: andrizza.assuncao@estudante.iftm.edu.br

chamada fase de trânsito como sendo um elo entre uma época que se esvazia e uma nova época que vai se consubstanciando. A primeira seria uma sociedade fechada, fundada na exploração de muitos por poucos, e a segunda seria uma sociedade aberta, a qual não chegamos a atingir, uma vez que o Golpe de Estado, em 1964, foi considerado um recuo nesse trânsito.

Além disso, o autor traz nesse capítulo a concepção da transcendência do homem, único ser capaz de tal ato, uma vez que é um ser inacabado e que tem na sua essência sempre a libertação, jamais a dominação. Destarte, em todo seu estudo o autor insiste na integração, e não na acomodação. Integração essa resultante da capacidade de ajustar-se à realidade acrescida da de transformá-la, e, ainda, de poder optar. Assim, a integração, vocação natural do homem, necessita de uma permanente atitude crítica e, por isso, faz “uso de funções cada vez mais intelectuais e cada vez menos instintivas e emocionais”. Paulo Freire ainda acrescenta como se dá a descoberta do homem da sua temporalidade, ao perceber que existe, e não só vive, e “lança-se num domínio que lhe é exclusivo – o da história e o da cultura” (FREIRE, 2021, p. 58). Daí que a massificação, por outro lado, consiste na “destemporalização”, na acomodação, no ajustamento e na supressão da liberdade.

Ainda no capítulo 1, o autor afirma que a sociedade em trânsito exige uma nova visão sobre temas velhos como, por exemplo, democracia, participação popular, liberdade, propriedade, autoridade e educação. Apresenta-nos as ideias de transição ingênua e de transição crítica. A primeira caracterizada por um forte teor emocional e pela subestimação do homem comum, e a segunda, em oposição, caracterizada pela profundidade na interpretação dos problemas. Dessa maneira, a solução para se alcançar essa transitividade crítica seria uma educação que propusesse ao povo a reflexão e que o ajudasse a inserir-se no processo, criticamente, isto é, uma educação dialogal e ativa, voltada para a responsabilidade social e política. O autor nos mostra também o “sectarismo” a que a sociedade brasileira foi se dirigindo na fase de transição com a intensificação do clima emocional, e como o fortalecimento desse irracionalismo sectário aumentava as barreiras contra essa proposta de educação uma vez que ela representava ameaças aos privilégios de uma elite minoritária. No entanto, deixa claro que “o crime dos que se engajavam neste esforço era o de crerem no homem, cuja destinação não é coisificar-se, mas humanizar-se” (FREIRE, 2021, p. 87).

O segundo capítulo, *Sociedade fechada e inexperiência democrática*, nos mostra um panorama da história do Brasil desde sua colonização até o momento do Golpe de Estado, em 1964. Paulo Freire afirma que o protecionismo sempre presente no nosso contexto histórico-cultural, com suas soluções paternalistas, com o não diálogo, levou nossa sociedade a um mutismo. E as sociedades a que se nega o diálogo, a comunicação e, em seu lugar, se lhes oferecem ‘comunicados’ tendem ao ajustamento, à acomodação, à não integração, à criação de uma consciência hospedeira da opressão e não uma consciência livre e criadora, indispensável aos regimes autenticamente democráticos. Por isso, com essa política de colonização, não poderíamos ter tido experiências democráticas, pois o Brasil não apresentava condições em que o homem fosse lançado ao debate, em que participasse. Somente com a denominada “rachadura” da sociedade, tem início a fase de transição que o autor apontou no primeiro capítulo. E essa rachadura deveu-se a alterações econômicas e sociais iniciadas com a abolição da escravatura, com a queda do Império e a experiência de um novo regime político, com os primeiros surtos de industrialização, com a política imigratória, com a organização do trabalho livre e com a crescente urbanização. Essas alterações, associadas a tantas outras no campo da cultura, das artes, da literatura e da ciência, refletiriam em toda a vida nacional e “o país começava a encontrar-se consigo mesmo. Seu povo emerso iniciava suas experiências de participação” (FREIRE, 2021, p. 112).

No terceiro capítulo, *Educação versus Massificação*, Paulo Freire salienta que as condições da fase de transição exigiam uma resposta também no campo da pedagogia; havia a necessidade de uma reforma urgente. Era preciso, assim, pensar uma educação criticizadora, voltada para a discussão com o homem comum de seu direito à participação no poder, para a responsabilidade social e política, para o desenvolvimento e para a democracia, e que substituíssem, no brasileiro, antigos e culturológicos hábitos de passividade. O grande desafio para a educação era pensar em uma estratégia que pudesse superar, simultaneamente, o alarmante índice de analfabetismo e, também, a nossa inexperiência democrática. Por isso, a base dessa educação deveria ser a criticidade, uma vez que ela é a nota fundamental da mentalidade democrática. Afinal, “quanto menos criticidade em nós, tanto mais ingenuamente tratamos os problemas e discutimos superficialmente os assuntos” (FREIRE, 2021, p. 126). E a educação praticada até então no país estava em

antinomia com a emersão do povo na vida pública brasileira. Neste capítulo o autor ainda nos mostra os exemplos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB – e da Universidade de Brasília que propunham um despertar da consciência nacional, um pensamento do Brasil como sujeito e não mais como um objeto do pensar europeu e norte-americano, a fim de contribuir para a transformação da nossa realidade.

No quarto e último capítulo, o autor expõe sua preocupação com a democratização cultural dentro da democratização fundamental e que seria necessário um trabalho que tentasse a promoção da ingenuidade em criticidade, ao mesmo tempo que alfabetizasse. Essa alfabetização deveria, destarte, colocar o homem na posição de sujeito, não de paciente, pois só assim se evitaria a sua massificação. Na sociedade em transição, era preciso tentar uma educação que fosse capaz de substituir a captação ingênua da realidade por uma captação predominantemente crítica, que colaborasse com o povo para que assumisse posições cada vez mais integradas com as exigências da democratização fundamental, combatendo a já citada inexperiência democrática. E somente um método ativo, dialogal e participante poderia atender a essa necessidade. O autor enfatiza que era essa educação que ele estava tentando, que era integrada a seu tempo e a seu espaço e levava o homem a refletir sobre sua ontológica vocação de ser sujeito. Ele propunha uma pedagogia de comunicação, que pudesse vencer o antidiálogo, com um conteúdo programático que abordava o conceito antropológico de cultura para que o analfabeto pudesse se descobrir, criticamente, como fazedor desse mundo de cultura e, também apreender a necessidade de aprender a ler e a escrever.

Neste último capítulo, o autor também explicita o modo como o conceito de cultura era introduzido por meio de dez situações existenciais “codificadas” que levavam os grupos à sua “descodificação”. Na primeira situação o alfabetizando “destemporalizado” iniciava sua integração no tempo e reconhecia o mundo da natureza e o mundo da cultura e o papel do homem nesses dois mundos. Debatia-se, de modo criticizador e motivador, a respeito da democratização da cultura e, a partir daí, iniciava-se a alfabetização. Além disso, nos é dada uma explanação das fases de elaboração e de execução prática desse método de alfabetização por conscientização proposto por ele. Na primeira fase realiza-se um levantamento do universo vocabular dos grupos com os quais se trabalhará. Na segunda fase realiza-se a seleção das palavras levantadas na primeira fase, chamadas de palavras geradoras,

considerando-se a riqueza silábica, as dificuldades fonéticas e o teor pragmático delas. Na terceira fase cria-se situações existenciais típicas do grupo em forma de desafios, situações-problema codificadas, portadoras de elementos que serão decodificados pelos grupos. Esse debate é que conduzirá os grupos a conscientizar-se para alfabetizar-se. Na quarta fase elabora-se fichas indicadoras que ajudam os coordenadores de debates em seu trabalho. E na quinta fase prepara-se fichas que comportem a decomposição das famílias fonéticas que correspondem às palavras geradoras, denominadas posteriormente como “fichas da descoberta”. Após esse trabalho prévio, inicia-se a alfabetização numa sequência de atos concretos, a saber: projeção da situação mencionando a primeira palavra “geradora”; debate; decodificação; visualização da palavra; estabelecimento de um laço semântico entre ela e o objeto a que se refere; apresentação da palavra em sílabas, compreendidas como “pedaços” pelos aprendizes; visualização das famílias silábicas da palavra, e aqui ocorre, também, um reconhecimento das vogais; e a formação de outras palavras a partir das combinações possíveis com as diferentes sílabas. Dessa forma, acontece uma apropriação crítica, e não uma memorização; um domínio consciente, e não mecânico. Na alfabetização de adultos a conscientização faz-se necessária para que se alfabetizem e, como consequência, se politizem, deixando, assim, de ser massa, para tornar-se povo. Essa proposta pedagógica comporia o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, mas não chegou a ganhar vida pois ele foi extinto depois do Golpe Militar. Se tivesse sido cumprido, haveria mais de 20 mil Círculos de Cultura funcionando pelo país em 1964, e seria feito um levantamento da temática do homem brasileiro, o que possibilitaria a criação de uma programação para acontecer após a etapa de alfabetização. Além disso, a intenção era ampliar o raio de ação da experiência e contribuir para a identificação da nossa escola com a realidade e, ainda, realizar uma educação voltada para a arte de dissociar ideias, apresentada por Aldous Huxley, em que se discutiria a força domesticadora das propagandas, desde os comerciais até as de caráter ideológico ou político.

O autor finaliza a obra refletindo como à medida que seu trabalho se estendia e atingia a juventude brasileira, os homens simples do povo, os intelectuais e os especialistas, eram lançados contra ele as críticas e as acusações mais ridículas, porém, por saber das suas origens e motivações, não se importava. O que o

perturbava eram os irracionalismos que ameaçavam a nossa democracia, justamente durante a fase de transição.

Esta é uma obra que nos faz perceber as circunstâncias históricas que levaram a nossa sociedade a tomar rumos diferentes dos esperados para alcançarmos uma democracia autêntica. Faz-nos refletir, enquanto educadores, a respeito do sujeito da aprendizagem e das relações estabelecidas nesse processo. E, ao compreender que a educação tem por finalidade a libertação, essas reflexões servem de aporte para uma prática que atenda a essa expectativa. Além disso, essa leitura também nos provoca a pensar acerca das verdadeiras razões e motivações da falta de políticas públicas que possam oferecer reais melhorias na qualidade do ensino e da educação, principalmente no que se refere à questão do analfabetismo e de ações para superá-lo. Um método que já se mostrou eficaz existe, é colocado em prática mundo afora, mas por questões político-partidárias não são utilizadas no país em que foi desenvolvido, não é aproveitado em prol do nosso próprio povo, e, até hoje, não tem o reconhecimento que lhe é devido.

Referências

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.